

TRADUÇÃO E DIFERENÇA: UMA PROPOSTA DE DESCONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE EQUIVALÊNCIA EM CATFORD, NIDA, LEFEVERE E TOURY ¹

Cristina Carneiro RODRIGUES

RESUMO *O trabalho tem como objetivo analisar o emprego do conceito de equivalência por teóricos de duas grandes vertentes dos estudos da tradução: por um lado, projetos como os de Catford (1965/80) e Nida (1964, 1969/82), que buscam sistematizar a equivalência fundamentados em teorias lingüísticas; por outro, propostas que questionam o alcance desses projetos, tomam como corpus o texto literário e definem o pólo receptor como objeto de estudos. Examinam-se trabalhos de Lefevere (1992a, 1992b) e de Toury (1980), que pretendem estabelecer um novo paradigma para o estudo da tradução literária. A análise dos trabalhos evidencia que, apesar de aparentemente opostas, as duas vertentes partem de uma concepção abstrata de equivalência e do pressuposto de que uma tradução possa reproduzir, em outra língua, os mesmos valores do texto de partida. A reflexão pós-moderna, entretanto, desafia a noção de que possa haver igualdade de valores entre duas línguas ou entre dois textos. Salienta-se que os textos, a leitura e a tradução se constroem de acordo com as circunstâncias, que os significados se atribuem em uma rede de diferenças e adiamentos e que os valores se constituem como uma função produzida pelo sujeito em consonância com convenções de uma comunidade sócio-cultural e conclui-se que não há como determinar categoricamente valores, nem como reproduzi-los em outro sistema.*

ABSTRACT *This work aims at analysing the concepts of equivalence which underlie the work of theorists from two major approaches to translation studies: on the one hand, projects which attempt a systematic view of equivalence on the basis of linguistics (Catford, 1965; Nida, 1964, 1969/82); on the other hand, proposals which aim at questioning the relevance of these projects and focus on receiving system as their object of study. This is observed in the work of Lefevere (1992a, 1992b) and Toury (1980), who have attempted to establish a new paradigm for the study of literary translation. The analysis shows that these apparently opposing approaches are in fact both based on an abstract conception of equivalence and on the premise that translation can transpose the values found in the original text into another language. However, the post-modern thought have challenged the notion of identical values that may be found*

¹ Texto resultante da Tese de Doutorado, apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, no dia 16 de fevereiro de 1998, sob a orientação da Profa. Dra. Rosemary Arrojo.

in different languages or texts. By showing that readings and translations of texts are necessarily construed in dependence on a certain setting, that meanings are attributed in the context of a network of differences and deferments, and that values are constituted by the subject in consonance with the conventions of sociocultural communities, this type of approach leads to the conclusion that values cannot be categorically determined nor reproduced in another system.

Grande parte da literatura sobre tradução traz como central a questão da equivalência. Muitas obras baseiam-se da concepção de que o texto de partida e a tradução mantêm entre si uma relação de equivalência, como as de Nida (1964, 1969/82), Catford (1965/80), Jakobson (1959/71), Wilss (1982).² Essa literatura que prioriza o estudo da equivalência dedica-se também a detalhar tipos de equivalência, subdividindo e desdobrando o conceito. Por outro lado, percebe-se outra tendência que critica essas tentativas de sistematização e categorização e trabalha no sentido de limitar seu alcance ou mesmo de banir a equivalência enquanto conceito teórico básico nos estudos.

Uma leitura de trabalhos dessas duas vertentes indicava que, pelas observações que traziam sobre a equivalência, os estudos poderiam se reunir em dois grandes grupos também por sua fundamentação: por um lado, os que priorizavam a sistematização da equivalência tinham como base estudos lingüísticos; por outro, os que buscavam relativizar o conceito ou limitar seu alcance, apoiavam suas teses fundamentalmente na descrição de traduções literárias. Essas diferenças entre as abordagens poderia conduzir à conclusão de que há uma linha demarcatória nítida entre os trabalhos sobre a questão da equivalência. Entretanto, a análise desses estudos aponta também para semelhanças entre eles.

O principal objetivo de meu trabalho é explorar as diferenças entre essas duas orientações gerais, assim como apontar suas similaridades. Esse exame não segue o percurso habitualmente trilhado por autores que tentam rever o conceito, ou seja, não parte de diversos pontos de vista sobre a equivalência de tradução, buscando fazer uma revisão bibliográfica sobre como vários autores concebem a equivalência para, posteriormente, sugerir uma nova versão. Ao contrário, minha proposta é analisar como teóricos dessas duas vertentes empregam o conceito de equivalência e como ele se enquadra em seus modelos teóricos. Isso significa que, em lugar de oferecer um amplo panorama de como cada uma dessas vertentes aborda a equivalência, optei por uma leitura mais rigorosa de algumas obras, inserindo as concepções dos autores em sua proposta global de trabalho. Essa opção é conseqüência de minha hipótese inicial: a de que o ponto de vista a partir do qual se considera a atividade tradutória determina o modo pelo qual se empregam os conceitos, especialmente o de equivalência. Assim, selecionei trabalhos que representassem cada uma das duas vertentes, tendo como base

² Nos casos em que utilizei uma tradução publicada em português, a referência à data de sua edição em língua estrangeira foi colocada em primeiro lugar entre os parênteses, e o ano da edição da tradução após uma barra. Quando empreguei edição posterior à data da primeira publicação de um texto, faço referência análoga, ou seja, a data da primeira edição está em primeiro lugar entre os parênteses, seguida por uma barra e pelo ano da publicação citada.

sua própria divulgação entre os pesquisadores. Procurei enfatizar as obras mais citadas que abordassem a questão da equivalência.

Os trabalhos fundamentados em lingüística contrastiva demonstram especial interesse pela descrição da chamada equivalência de tradução, pois seria o fundamento da pesquisa na área, na medida em que permitiria o estabelecimento da comparabilidade entre as línguas. Esse ponto é enfatizado por Halliday *et al.* (1964/74), Krzeszowski (1971, 1981), James (1980), entre outros. Para Halliday *et al.* o estabelecimento da comparabilidade só seria possível na medida em que houvesse “equivalência contextual” entre os elementos de duas línguas, o que poderia ser demonstrado “de modo mais simples pela referência à tradução” (p. 140). A análise da proposta indica, entretanto, que esse “equivalente contextual” seria apenas uma construção em uma língua que pode, em certas circunstâncias idealizadas, substituir outra construção, em outra língua. Não remete necessariamente à prática da tradução, pois o equivalente apenas teria o papel de fundamentar a determinação das diferenças e das semelhanças entre as línguas, ou seja, serviria para indicar se há ou não correspondência formal entre as categorias que se deseja comparar, correspondência que raramente se encontra quando se analisa uma tradução realizada para o público.

O trabalho de Krzeszowski (1971, 1981) também mostra essa idealização da “equivalência de tradução”. O autor salienta que “a teoria da equivalência se ocupa apenas com a explicação da identidade semântica das sentenças” (1981:123), ou seja, o critério da “equivalência” que supostamente se fundamentaria na tradução seria um critério para justificar ou explicar a “competência do informante bilíngüe no reconhecimento de sentenças equivalentes sintática e semanticamente” (p.127).³ Assim, seu estudo limita-se a sentenças que possam ser reconhecidas, em certas circunstâncias idealizadas, como sintática e semanticamente equivalentes, sem se referir, portanto, à “prática real da tradução” (Krzeszowski, 1981:122).

James (1980) também se preocupa com o rigor da definição de equivalência, mas, como os autores acima mencionados, também postula uma relação idealizada que abstrai todas as diferenças entre as culturas e as situações que subjazem ao uso das línguas. Os trabalhos desses autores mostra que, em lingüística contrastiva, a equivalência de tradução é enfocada de modo completamente dissociado do que ocorre quando se faz ou quando se estuda uma tradução, pois focalizam o que poderia ser uma tradução em condições idealizadas, o que seria um correspondente a um determinado elemento de uma língua em uma segunda língua. A preocupação é direcionada para o estudos de sistemas lingüísticos ou para a situação de aprendizagem de línguas estrangeiras, não para a tradução.

Em *Uma teoria lingüística da tradução*, Catford (1965/80) busca, por outro lado, sistematizar a tradução partindo da equivalência para definir a tradução: “*a substituição de material textual numa língua (LF [língua-fonte]) por material textual equivalente noutra língua (LM [língua-meta])*” (p.22). Apesar de afirmar que a “equivalência”, é uma palavra-chave, pois “o problema central em prática de tradução consiste em encontrar equivalentes de tradução” e que “a tarefa central em teoria da tradução

³ Essas traduções foram feitas por mim, assim como todas as demais apresentadas neste trabalho, quando não houver disponível uma tradução em português.

consiste em definir a natureza e as condições de equivalência de tradução” (p.23), seu primeiro movimento não é definir a equivalência. Pelo contrário, traça uma distinção básica, entre “equivalência de tradução como fenômeno empírico, descoberto pela comparação de textos da LF e da LM” e “as condições subjacentes, ou a justificativa, da equivalência de tradução” (p.29). Seu segundo movimento é distinguir a “equivalência textual” da “correspondência formal”, mas a própria equivalência não é definida em momento algum do livro. O “equivalente textual” é, em um primeiro momento, explicado de modo circular como “qualquer forma da LM [...] *que se observe ser equivalente* a uma determinada forma da LF” (p.29, grifos meus). Em um segundo momento, o equivalente textual passa a ser o item comutável em uma determinada situação; depois é apresentado como o que puder se relacionar com os mesmos traços de situação, proposição modificada para remeter aos mesmos traços relevantes de situação. Posteriormente o autor acrescenta a noção de função e afirma que, para que ocorra equivalência de tradução, dois textos devem relacionar-se com os traços funcionalmente relevantes de situação.

Observe-se que, em primeiro lugar, o desenvolvimento teórico que Catford apresenta não explicita a necessidade dessas reformulações do conceito. Em segundo lugar, os “traços de situação” relacionam-se com o sistema lingüístico, pois, para o autor, “a substância de situação tem certa organização que lhe é imposta pela forma gramatical/lexical” (p.5). Em outras palavras os traços de situação seriam as informações exigidas pela língua para a determinação da escolha de uma forma lingüística em vez de outra. Não são os dados referentes à época, à formalidade, à rotina conversacional; são apenas os imediatamente relacionados à escolha de uma dada forma gramatical ou lexical. Em terceiro lugar, o próprio autor relativiza a relevância funcional:

Uma decisão, em qualquer caso particular, sobre o que seja funcionalmente relevante nesse sentido deve permanecer até certo ponto uma questão de opinião, no presente estágio do nosso conhecimento. O co-texto total dará informações que o tradutor usará para chegar a uma decisão, mas é difícil definir em termos gerais a relevância funcional. (Catford, 1965/1980:104)

Essas observações conduzem à conclusão de que Catford traz explicações circulares, não as articula, não explicita o próprio papel da determinação da equivalência de tradução. A importância atribuída ao sistema lingüístico para a determinação da equivalência é evidente em seu trabalho, mas esse sistema é idealizado, pois, em sua proposta, as línguas partilhariam o mesmo *status*, as questões culturais não influenciariam a tradução, o agente do processo, o tradutor, não teria maior participação e questões de espaço e tempo são excluídas do modelo, como se não fossem relevantes para o processo.

O próprio Catford, entretanto, aponta para a problematização de sua abordagem, ao apresentar dados de estruturas lingüísticas comparadas totalmente incompatíveis com

os dados levantados em análises de traduções.⁴ Assim, o objetivo final de Catford, que seria formular, com base na lingüística, regras de tradução baseadas na probabilidade de equivalência fica totalmente prejudicado. Em outras palavras, Catford não demonstra ser possível recorrer à teoria lingüística para formular as bases para uma sistematização quantitativa da equivalência de tradução.

Outro autor cujo trabalho se baseia em estudos lingüísticos para sistematizar a tradução é Nida (1964, 1969/82), cuja obra é conseqüência do trabalho desenvolvido como especialista em tradução da Bíblia. Como no livro de Catford, em seu trabalho a equivalência não parece exigir explicação:

Para produzir uma mensagem *equivalente*, uma que seja *dinamicamente equivalente* e que se ajuste ao canal do decodificador, é necessário “alongar” a mensagem, construindo-a com a necessária redundância, de modo a torná-la significativa de maneira *equivalente*. (Nida, 1964a:131, grifos meus)

O termo é simplesmente repetido e, posteriormente, desdobrado, inicialmente em dois conceitos: equivalência formal e dinâmica. A equivalência dinâmica é fragmentada em duas noções, a de equivalente natural, que não violaria os padrões comuns da língua da tradução, e a de equivalente natural mais próximo, que se aproximaria da cultura produtora do texto de partida. Os limites entre essas categorias são nebulosos, em seu trabalho; por exemplo, seria aceitável que se traduzisse o que se chamava “papiro”, na época da escritura da Bíblia, por “livro”, mas uma formulação do gênero “um plano diabólico veio à mente de Judas” não o seria, pois, de acordo com Nida, deve-se “crer na significação dos eventos e situações históricas exatamente como ocorreram” (1969/82:134), o que significa que uma tradução “legítima” teria que explicitar que Satã teria entrado em Judas. Além desse problema de delimitação entre conceitos, Nida prioriza a equivalência dinâmica, mas prescreve a preservação da origem e dá muita importância à conservação dos elementos formais do texto de partida.

Tanto Nida quanto Catford apresentam categorizações e parâmetros supostamente objetivos para determinar a equivalência, mas os limites que pretendem demarcar não se mostram nítidos e são sujeitos à interpretação, ou seja, são dependentes do ponto de vista de análise. Nida não considera que a análise lingüística sugerida possa ser influenciada pelas concepções do analista e descreve procedimentos transformacionais como a garantia de que o tradutor atinja a perfeita compreensão dos “conceitos” expressos no original. Esses procedimentos levariam ao estabelecimento de uma forma nuclear de base que encerraria o conteúdo objetivo do texto e fundamentaria seu transporte para outra língua. Entretanto, as análises que traz não revelam a pretendida

⁴ Ao comentar o caso da tradução de artigos em francês para o inglês, Catford fornece um quadro em que estabelece a “correspondência formal entre os termos dos sistemas” (p.91), mas ressalva que, em tradução, “algumas vezes acontece que o equivalente de um artigo não é o termo formalmente correspondente no sistema” (p. 91). Constrói, então, um segundo quadro (p.92), com registros de ocorrências reais de traduções dos artigos, em que há divergência entre as análises formais expostas e o que efetivamente ocorre em uma tradução. Suas análises levam ao questionamento da validade da aplicação de uma comparação sistemática entre línguas para se obterem dados de equivalência de tradução.

neutralidade, pois se reportam a interpretações institucionais, fundamentadas em sua fé, ou em sua própria língua.⁵

Nas teorias propostas a equivalência é um conjunto de requisitos básicos, que não tem fundamento nos textos ou nas culturas envolvidas, mas em exigências abstratas, determinadas pelo modelo em que se baseia a proposta. A relação de significação postulada é estática e a-histórica, pois a tentativa de formulação de métodos para atingir a exata significação dos textos por meio da análise lingüística pretende ser válida universalmente. Isso vincula a concepção de equivalência a uma noção de tradução como transporte ou substituição de significados pretensamente neutros, que não sofreriam influência do meio para que se dirigem. Essa proposta da abordagem da equivalência como um construto definido a partir do texto de partida, um ideal a ser atingido e sujeito a regras determinadas pelos teóricos é o ponto mais criticado dessa abordagem pelos teóricos da segunda vertente que analiso, auto-denominada Estudos da Tradução.

Desta vertente, analiso trabalhos de Lefevere (1992a, 1992b), e de Toury (1980). Os estudos desses dois autores têm em comum criticar o que Lefevere (1983) chama de o “pensamento tradicional sobre tradução de literatura” (p.190), abordar traduções efetivamente realizadas, salientando a relação entre tradução, espaço, tempo, ideologia e as expectativas de que recebe a tradução. Os dois autores salientam que os tradutores seguem “normas”, ou estratégias socialmente orientadas, dependentes de espaço e tempo. Seus trabalhos percorrem caminhos que abrem os estudos de tradução para discussões que as propostas anteriores não trataram. Como exemplo temos a questão da influência da patronagem sobre a tradução, ou seja, do poder exercido por aqueles que determinam desde a escolha do que se vai traduzir até o direcionamento de sua produção. Além disso, os trabalhos dos dois autores enfatizam a relação entre tradução, instituições sociais, coerções econômicas e ideológicas e enfatizam que não se pode denominar “tradução” apenas o material que exiba um certo tipo de correspondência com o texto de partida e salientam que a equivalência entre o texto de partida e o de chegada, como concebida por Nida ou por Catford, não é o que caracteriza a tradução, nem é o que dela se deve esperar. Entretanto, apesar de os dois autores propalarem seu rompimento com o “pensamento tradicional sobre tradução”, seus trabalhos não se opõem radicalmente aos estudos analisados anteriormente, pois diversos pressupostos

⁵ Como exemplo da influência que sofre de preceitos religiosos, temos a análise que Nida (1964, 1969/82) fornece de superficiais em “of” (“de”) que, apesar de idênticas superficialmente, teriam núcleos e funções completamente diferentes. Com a análise transformacional, seria possível descobrir a interpretação correta dos sintagmas, em oposição “ao que tradicionalmente se pensava” (1964:66); assim, “tradicionalmente” o sintagma “a justiça de Deus” seria interpretado como “Deus é justiça”; a análise de Nida leva à conclusão de que “justiça” remeteria a uma ação, ou seja, a interpretação “correta” seria “Deus faz justiça”. No caso, opõe a interpretação instituída por sua fé à leitura da Igreja Católica Romana. A abordagem da questão do gênero exemplifica a influência dos padrões da língua inglesa sobre seu trabalho: Nida trata da questão como um usuário de uma língua que não exige concordância de gênero, afirmando que “as regras sintáticas da língua são normalmente tão explícitas sobre a questão de gênero, que raramente se erra sem que o erro pareça totalmente óbvio” (p.203). Há, entretanto, inúmeros trabalhos que salientam o problema que gênero cria para o tradutor. Miriam Díaz-Diocaretz (1985), por exemplo, aponta a dificuldade que teve ao traduzir para o inglês de poemas de Gabriela Mistral, escritos em voz feminina; por outro lado, relata que, ao traduzir para o espanhol os poemas de Adrienne Rich, poetisa norte-americana, teve que tomar “decisões lingüísticas mais cruciais” (p.92) ao ter que decidir qual seria o sexo do falante ou do destinatário.

são compartilhados. Ambos partem de uma suposta leitura “correta” do texto, usada como parâmetro para se verificar, na tradução, quais teriam sido os deslocamentos e os desvios em relação a essa leitura. Com esses procedimentos se detectariam as “normas” de tradução (Toury), ou as “estratégias” adotadas pelos tradutores (Lefevere). Ambos consideram, portanto, a possibilidade da equivalência enquanto construto *a priori* — a leitura “correta” do texto —, já que é dela que partem para a análise de traduções. Lefevere chama esse construto hipotético de “combinação ideal” e Toury de “invariante de comparação” ou “traduzibilidade máxima” fazendo transparecer que a tradução seria um deslocamento em relação a um “equivalente” possível.

Apesar da diferença entre as metodologias, os objetivos, o objeto de pesquisa e mesmo em relação ao que esperam da tradução, os teóricos das duas vertentes analisadas aproximam-se pela crença na possibilidade de que o texto de partida e a tradução compartilhem os mesmos valores. Isso significa que as diferenças em relação às diretrizes que orientam as pesquisas não geram diferentes conceitos de equivalência. Em todos os trabalhos o construto é mantido como uma espécie de símbolo de uma traduzibilidade pura ou da possibilidade de reconciliação ou acordo ou harmonia entre as línguas. Ainda que critiquem o pensamento tradicional sobre a tradução, no qual se insere a equivalência, nem Toury nem Lefevere questionam a própria condição de possibilidade de equivalência.

A suposição da possibilidade de equivalência relaciona-se, em uma primeira instância, à concepção de língua como um sistema de regras objetivas em que os limites entre os signos e os valores de cada um deles já estejam determinados. A universalidade do pensamento, do qual a língua seria representação, viria a ancorar a possibilidade da igualdade de valores entre diferentes línguas e culturas. Subjaz às propostas aqui examinadas a concepção de que o sistema lingüístico tem componentes cujos contornos são claramente demarcados e cuja essência é determinável, em lugar de um sistema de tecido diferencial. Pressupor que as palavras contenham propriedades intrínsecas implica, por um lado, a possibilidade de defini-las por características positivas que as delimitariam em relação às demais palavras do sistema e, por outro, a possibilidade de sua integral recuperação por um receptor. Baseada fundamentalmente na obra de Fish (1980) e de Derrida (1967a/73, 1967b/71, 1972, 1987), critico tanto essa noção de que interpretar é um ato protetor de significados quanto a de que as tradução possa ser uma operação de preservação desses significados.

O ponto mais importante da obra desses dois autores, no contexto deste trabalho, é que vão de encontro à noção de que os valores estão fixos nas línguas e nos signos, salientam que propósitos, emoções, situações, instituições, são constitutivos da linguagem, e concebem a interpretação como uma atividade social e convencional. Conceber que os significados e os significantes se articulam convencionalmente é conceber que a leitura insere os signos em um sistema diferencial, em que não há termos definidos positivamente, mas apenas por sua relação com os demais do sistema. Nesse quadro, a tradução pratica a diferença entre significante e significado no mais amplo sentido, pois a é uma operação que interpreta significados em termos de um tecido diferencial e os reapresenta como significantes, que fazem parte de um sistema de normas diferente do primeiro sistema e que, por sua vez, se interpretarão na rede de diferenças do significado. O tradutor, ao produzir sua interpretação, não transcende o

sistema da linguagem, mas contextualiza os significantes em uma rede de diferenças e de remissões. A tradução só poderia ser uma operação que transfere, ou transporta significados, se houvesse a possibilidade de um “significado transcendental”, do significado autônomo na consciência, situação em que haveria transporte de significados puros que as mudanças de significantes deixariam intactas, como pressuposto pelos autores cujos trabalhos analisei.

Da mesma maneira, a tradução só poderia ser uma relação de equivalência se os valores estivessem inscritos nos signos ou nos textos e se fosse possível estabelecer sua correspondência com os valores supostamente inscritos nos signos de outras línguas. No entanto, o que a reflexão pós-moderna tenta evidenciar é que não há essa inscrição, ou seja, o mundo e a cultura não são estáveis; a sociedade, a ideologia é que produzem os seus sentidos. Os signos entram em circulação, constituem discursos, constroem significados que se disseminam e entrecruzam e são, ao mesmo tempo, produto e produtores de ideologia. Pensar nesses termos é aceitar a impossibilidade de acesso ao referente, a impossibilidade de acesso imediato aos significados, é pensar na transformação regulada que rege todas as operações de linguagem, não só a tradução. De acordo com essas concepções, os valores não emanam do sistema, mas se atribuem nessa rede de remissões em que não há um centro, um ponto fixo, no qual teríamos acesso à coisa em si ou ao verdadeiro valor dos elementos. Falar em equivalência de tradução é remeter ao fim do movimento, a significados e valores atados ao significantes, que poderiam ser compreendidos, não construídos.

Pensar na possibilidade da atribuição de uma mesmo valor em duas línguas diferentes é imaginar que os significados estão fora do jogo que eles instauram, é pressupor que dois sistemas lingüísticos diferentes tenham neles instituídos elementos aos quais conferem os mesmos valores. No entanto, o que a reflexão pós-moderna aponta é que as coerções impostas pelas línguas levam a diferentes possibilidades de contextualizações, de remissões, de encadeamentos, de atribuição de valores entre os elementos. Essas concepções poderiam levar a se pensar que a tradução é totalmente impossível. No entanto, o que é impossível não é a tradução, mas a noção de tradução de que se parte para pensar nessa impossibilidade: uma concepção que espera que a tradução repita o “texto original”, que seja sua equivalência, que reproduza seus valores. A tradução não pode oferecer os mesmos valores que o original, pois cada signo se relaciona com os outros signos de modos diferentes em cada língua e em cada texto de cada língua. Não pode, também, vir a se acrescentar a um original pleno e sem erro, completando-o, porque o suposto texto original não é algo completo em si mesmo: está sujeito a um movimento que impede sua estabilidade. Assim, a tradução não vem completar o texto de partida, mas suplementá-lo.

Entre texto de partida e tradução não há equivalência, não há oposição nem simples complementaridade, há uma relação de mútua dependência. Nesse sentido, pode-se dizer que o ato de *traduzir* é uma maneira de usar uma rede de diferenças (*a da língua estrangeira*) para produzir uma forma que pode ser interpretada nos termos de outra rede de diferenças (*a da língua da tradução*). Ou seja, traduzir é um processo que opera uma transformação de valores, não sua recuperação ou transporte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CATFORD, John C. **Uma teoria lingüística da tradução: um ensaio em lingüística aplicada**. Trad. Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Cultrix, 1980.
- DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- _____. **Positions**. Paris: Minuit, 1972.
- _____. **Gramatologia**. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1973.
- _____. Des tours de Babel. In: _____. **Psyché - inventions de l'autre**. Paris: Galilée, 1987. p.203-35.
- DÍAZ-DIOCARETZ, Miriam. **Translating poetic discourse: questions on feminist strategies in Adrienne Rich**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.
- FISH, Stanley. **Is there a text in this class? The authority of interpretive communities**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1980.
- HALLIDAY, M. A. K. et al. Comparação e tradução. In: **As ciências lingüísticas e o ensino de línguas**. Trad. por Myriam Freire Morau. Petrópolis: Vozes, 1974. p.136-61.
- JAKOBSON, Roman. Aspectos lingüísticos da tradução. In: _____. **Lingüística e comunicação**. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 1971. p.63-72.
- JAMES, Carl. Some issues of contention. In: _____. **Contrastive analysis**. London: Longman, 1980. p.166-94.
- KRZESZOWSKI, Tomasz P. Equivalence, congruence and deep structure. In: NICKEL, G. (Ed.). **Papers in contrastive linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p.37-48.
- _____. The problem of equivalence revisited. **IRAL**, v.19, n.2, p.113-28, 1981.
- LEFEVERE, André. Poetics (today) and translation (studies). In: **Modern Poetry in Translation**, v.44-5, p.190-5, 1983.
- _____. **Translating literature: practice and theory in a comparative literature context**. New York: MLA, 1992a.
- _____. **Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame**. London: Routledge, 1992b.
- NIDA, Eugene A. **Toward a science of translating**. Netherlands: E. J. Brill, 1964.
- _____. & TABER, C. R. **The theory and practice of translation**. 2.ed. Netherlands: E. J. Brill, 1982.
- TOURY, Gideon. **In search of a theory of translation**. Tel Aviv: Porter Institute, 1980.
- WILSS, Wolfram. **The science of translation: problems & method**. Tübingen: Gunter Nar, 1982.